



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000947928**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0057277-21.2003.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que é apelante/apelado FABIO LUIZ BRAGA, é apelado/apelante MARISA ANTUNES FERREIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento aos recursos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente) e FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 14 de dezembro de 2015.

**DIMITRIOS ZARVOS VARELLIS**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**VOTO Nº 5591**

**APELAÇÃO Nº 0057277-21.2003.8.26.0114**

**COMARCA: CAMPINAS**

**APELANTES: FÁBIO LUIZ BRAGA E MARISA ANTUNES FERREIRA**  
**(com recurso adesivo)**

**APELADOS: FÁBIO LUIZ BRAGA E MARISA ANTUNES FERREIRA**

**INTERESSADO: COMPANHIA DE SEGUROS MINAS-BRASIL S.A.**

**JUIZ DE DIREITO: FÁBIO HENRIQUE PRADO DE TOLEDO**

APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO FRONTAL DE VEÍCULOS – RÉU PORTADOR DE DIABETES SUPOSTAMENTE ACOMETIDO DE MAL SÚBITO QUE O FEZ PERDER A CONSCIÊNCIA E O CONTROLE DE SEU VEÍCULO – DANOS MORAIS – Sentença de Primeiro Grau de Jurisdição que julgou parcialmente procedente a lide principal e improcedente a lide secundária – Apelação do réu e recurso adesivo da autora – Culpa do requerido bem identificada na r. sentença recorrida – Réu conhecedor de seu problema de saúde que, neste sentir, não pode alegar ser uma fatalidade o choque pancreático (hipoglicemia) que teria sofrido no dia dos fatos, e que seria a causa do acidente – Ausência de prova conclusiva no sentido de que a causa do sinistro tenha sido, de fato, a perda dos sentidos pelo réu em decorrência de seu problema de saúde – Danos morais incontroversos – Pleitos para redução e majoração do valor da indenização, respectivamente – Inadmissibilidade – Lesões físicas graves atestadas em perícia e que ensejaram incapacidade laborativa parcial e permanente – Indenização fixada em R\$ 62.200,00 em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, com as condições do caso e jurisprudência desta Corte – Sentença mantida – Recurso adesivo da autora e apelo do réu improvidos.

Vistos.

Ao relatório da r. sentença de fls. 388/389v, ora adotado, acrescenta-se que a ação de reparação de danos ajuizada por MARISA ANTUNES FERREIRA em face de FÁBIO LUIZ BRAGA, em que a autora pleiteava a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos materiais e

morais suportados em decorrência de colisão frontal entre os veículos das partes, foi julgada parcialmente procedente em Primeiro Grau de Jurisdição para condenar o réu ao pagamento da reparação patrimonial e moral nas importâncias, respectivas, de R\$ 1.154,00 e R\$ 62.200,00, com os acréscimos legais. Outrossim, foi julgada improcedente a lide secundária, sob o fundamento de que a denunciada cumpriu com sua obrigação.

Apela o réu objetivando a modificação do julgado, notadamente para redução do valor da indenização por danos morais para R\$ 6.220,00 (10 salários mínimos). Sustenta necessidade de fixação do valor indenizatório em consonância com: a) sua condição sócio econômica; b) ausência de culpa; c) a fatalidade de ter sofrido choque pancreático (hipoglicemia), levando-o a perder seus sentidos e o controle do carro. Aduz, ainda, que não é comum, tampouco previsível, queda brusca no nível de açúcar no sangue. Pleiteia o provimento de seu recurso, com a reforma da r. sentença.

Recorre adesivamente a autora objetivando a modificação do julgado, para majoração do valor da indenização para R\$ 200.000,00, aduzindo, em síntese, que: a) os danos foram tão graves que a deixaram imobilizada por 8 meses, impediram-na de andar sem ajuda de equipamentos por 2 anos e ensejaram a sua aposentadoria precoce por invalidez; b) o réu trouxe a informação da sua doença apenas 13 anos depois do acidente; c) ele tem condições financeiras para arcar com a condenação.

Recursos recebidos e regularmente processados, apenas com contrarrazões da autora ao apelo do réu.

É o relatório.

Os recursos não merecem provimento.

A narrativa fática é incontroversa em relação à ocorrência do sinistro.

O réu, em seu recurso, manifesta concordância com sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais à autora, mas discorda daquela relativa ao pagamento dos danos morais, segundo alega, por ausência de culpa ainda que em grau mínimo.

Respeitado, e sempre, o entendimento diverso manifestado em apelação, a verdade é que a culpa foi bem identificada na r. sentença recorrida. O requerido sabia de seu problema de saúde e, neste sentir, não pode alegar ser uma fatalidade o choque pancreático (hipoglicemia) que teria sofrido no dia dos fatos, e que seria a causa do acidente.

No mais, é importante observar não haver prova conclusiva no sentido de que a causa do sinistro tenha sido, de fato, a perda dos sentidos pelo réu em decorrência de seu problema de saúde.

Portanto, o reconhecimento da culpa do réu pelo MM. Juiz *a quo* foi correto, sendo adequada, ainda, a fixação do valor da indenização na r. sentença recorrida, não sendo caso de acolhimento das proposições pela redução ou majoração.

Assim o é, porque, sempre respeitados os entendimentos diversos manifestados em recursos, o valor fixado na r. sentença recorrida não se mostra em nada exagerado (para mais ou para menos) considerados os critérios básicos à fixação da indenização em questão.

Conforme perícia do IMESC em 20.08.2008 (fls. 303/305), a autora sofreu graves lesões físicas em função do acidente, a saber: *fratura terço proximal ulnar esquerdo, fratura fêmur esquerdo, fratura pilão tibial tornozelo esquerdo, fratura de patela direita, fratura talus direito*. Concluiu o laudo pericial que: “*Há sequela morfológica com dano estético moderado (20%) pelas cicatrizes. Há sequela funcional. Há incapacidade laborativa parcial e permanente (41,25%)*” (fl. 305).

Ela foi submetida a várias cirurgias para tratamento das fraturas e permaneceu afastada do trabalho, recebendo auxílio-acidente, posteriormente convertido em aposentadoria por invalidez (fl. 323).

Neste sentido, deve-se tentar imaginar o sofrimento suportado pela autora, à qual, do dia para a noite, fora imposta toda a sorte de restrições decorrentes das lesões sofridas, que, inclusive, acarretaram sua invalidez parcial e permanente.

De fato, a ocorrência do dano moral é inegável e ele se

relaciona à dor e ao sofrimento gerados pelo próprio fato e decorrentes de todas as cirurgias e tratamentos a que se submeteu a requerente.

Com relação à quantificação dos danos morais, esta é realizada conforme o prudente arbítrio do julgador, mas sempre tendo em vista o grau da culpa e a capacidade contributiva do ofensor, a extensão do dano suportado pela vítima e a sua participação no fato, de tal modo a constituir, observando-se os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, um valor que sirva de conforto para a honra agredida e de punição ao ofensor, desestimulando-o, e a terceiros, a ter comportamento idêntico, não podendo ser fator gerador de enriquecimento sem causa.

Ademais não restou demonstrado nos autos, inclusive com o depoimento do médico, Dr. Luis Antônio Saul de Siqueira que o réu estaria proibido de dirigir por conta da sua doença (diabetes).

Atento aos parâmetros acima mencionados e às conclusões obtidas no laudo pericial, a indenização fixada em R\$ 62.200,00 deve ser prestigiada, posto bem se amoldar aos princípios já referidos.

Não se perca de vista, em momento algum, a extensão dos danos sofridos pela autora (aposentadoria por invalidez), a repercussão destes danos na vida pessoal, sentimental e profissional da requerente, e a condição do réu, pessoa física, mas que não demonstrou não ter capacidade de suportar a condenação sem mínimo risco de prejuízo de sua existência, já que a última informação constante dos autos é de cópia do seu contrato de trabalho, quando admitido na empresa Microeletrônica em 04.01.1999 (fl. 114). Logo, não comprovou que a sua situação permaneceu a mesma nos últimos 16 anos. Ficou apenas no terreno das alegações.

Pelo meu voto, **nega-se provimento aos recursos**, nos termos da fundamentação.

**DIMITRIOS ZARVOS VARELLIS**

**Relator**